



Art. 11 O Poder Executivo publicará, ao final do exercício, relatório detalhado dos resultados do PRT, contendo o número de adesões, valores regularizados e impacto na arrecadação municipal.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Francisco Vidal Martins”, 8 de julho de 2025.

DR. HERMÍNIO BARBOSA KOMATSU

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta

Prefeitura, na data supra

Decretos

DECRETO Nº 6.760, DE 8 DE JULHO 2025.

“Dispõe sobre o processo de inscrição, compatibilização de vagas para o atendimento à demanda escolar da educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade no âmbito da rede pública municipal de Educação Básica de Pereira Barreto, Estado de São Paulo e dá outras providências.”

DR. HERMÍNIO BARBOSA KOMATSU, Prefeito do Município da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e;

DECRETA

Art. 1º Este Decreto regulamenta o processo de inscrição, compatibilização e oferta de vagas para o atendimento da demanda escolar na Educação Infantil, voltada a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, nas escolas da rede municipal ou em instituições parceiras legalmente credenciadas, com os seguintes objetivos:

I - permitir que os responsáveis legais por crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos realizem a inscrição na lista de espera por vagas nas creches municipais;

II - disponibilizar a lista de espera, organizada por ordem de classificação, elaborada de acordo com os critérios de prioridade estabelecidos neste Decreto;

III - garantir ampla publicidade e transparência dos critérios de prioridade para o atendimento de demanda por vagas;

IV - assegurar um processo justo, transparente e eficiente de oferta de vagas na Educação Infantil.

Parágrafo único. O processo previsto no *caput* ocorrerá de modo a garantir a continuidade do percurso escolar das crianças já matriculadas e com frequência regular em unidade escolar da rede municipal de educação básica, sendo condição essencial residir no município de Pereira Barreto.

Art. 2º As inscrições serão realizadas pelos responsáveis legais, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Educação de Pereira Barreto, durante o horário normal de expediente

§ 1º No ato de inscrição, o responsável pela criança informará, obrigatoriamente:

I - nome, CPF e endereço do(s) responsável(is) legal(is);

II - nome, CPF e endereço residencial da criança;

III - telefone e e-mail para contato;

IV - se o(s) responsável(is) legal(is) trabalha(m) fora da residência;

V - existência de alergia ou restrição alimentar da criança;

VI - se possui deficiência, comorbidade ou condição especial.

§ 2º Além das informações previstas no parágrafo anterior, os pais ou responsáveis legais deverão apresentar os seguintes documentos:

I - certidão de nascimento da criança;

II - cartão SUS e Declaração de Atualização Vacinal emitida pela rede pública de saúde, na forma da Lei Municipal nº 5.124 de 03/07/2025;

III - comprovante de residência, no município de Pereira Barreto;

IV - cédula de identidade (RG) e CPF, ambos em estado de conservação legível, em todos os campos de informações e, no caso da cédula de identidade (RG), preferencialmente, com foto recente;

V - comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis;

VI - comprovante de recebimento do Programa de Distribuição Direta de Renda (Bolsa Família), somente para as famílias que são atendidas por este Programa Federal;

VII - documentos que atestem as condições previstas nos incisos V e VI do parágrafo anterior.

§ 3º Os responsáveis legais deverão garantir a veracidade de todas as informações declaradas na inscrição, podendo ser convocados a qualquer tempo pela Administração Pública Municipal para apresentar documentação comprobatória ou prestar informações e esclarecimentos complementares.

§ 4º A ausência de apresentação da Declaração de Atualização Vacinal não impedirá a matrícula ou rematrícula do aluno, mas a direção da instituição de ensino poderá comunicar os responsáveis, orientando-os a regularizar a situação vacinal no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação disponibilizará, para consulta pública, a lista de espera dos inscritos, a qual organizará a demanda por vagas na Educação Infantil no respectivo exercício, contendo o nome da criança e de seus responsáveis legais em ordem de classificação, observada pontuação alcançada de acordo com os seguintes critérios de prioridade:

I - crianças com deficiência, nos termos do art. 9º da Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e/ou que tenham nascido em condição de risco, como os prematuros, os acometidos por asfixia perinatal, ou os que apresentem problemas neurológicos, malformações congênitas, síndromes genéticas, dentre outros, conforme o art. 5º da Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância): 5 (cinco) pontos;

II - filhos de mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, observado o art. 9º, § 7º, da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e crianças vítimas de violência doméstica e familiar, com base no art. 21º, inciso VII, da Lei nº 14.344/2022 (Lei Henry Borel): 5 (cinco) pontos;

III - criança em condição de vulnerabilidade social;

IV - crianças de famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal ou em outros programas estaduais ou municipais de distribuição de renda, nos termos do art. 3º, § 3º, da Lei nº 14.851/2024: 4 (quatro) pontos;

V - filhos de mães adolescentes matriculadas no ensino público: 3 (três) pontos;

VI - criança sob a guarda ou tutela dos avós: 3 (três) pontos;

VII - filhos de portadores com deficiência: 3 (três) pontos;

VIII - crianças com pai(s)/responsável(is) legal(is) que trabalha(m) fora da residência: quando ambos os pais/responsáveis legais trabalham fora do domicílio ou, no caso de família monoparental, quando o pai/responsável legal trabalhar fora: 3 (três) pontos;

IX - criança com irmãos já matriculados em creches: 1 (um) ponto.

§ 1º Havendo empate de uma ou mais crianças na soma de pontos, será levada em consideração o critério cronológico (ordem de inscrição), como regra de desempate.

§ 2º O responsável inscrito terá prazo de 5 (cinco) dias após sua convocação para efetuar a matrícula, sob pena de perda da vaga ofertada e exclusão da lista.

§ 3º O não comparecimento para a efetivação da matrícula implica na desistência da vaga oferecida.

Art. 4º Caso o responsável pela criança não aceite a matrícula na unidade escolar oferecida próxima de sua residência, poderá o mesmo optar em permanecer na mesma lista até surgir vaga na escola pretendida, devendo atestar, formalmente, a recusa da vaga ofertada.

§ 1º Na hipótese prevista no *caput* a municipalidade não estará obrigada a oferecer transporte escolar para urbano para atendimento de crianças de 4 meses a 5 anos de idade.

Art. 5º Na efetivação da matrícula em continuidade deverão ser preenchidos ou atualizados os dados da ficha cadastral e do cadastro familiar do aluno.

Art. 6º A matrícula será cancelada:

I - mediante solicitação expressa do pai, mãe ou responsável legal;



II - pela Unidade Escolar após 5 (cinco) dias consecutivos de ausência ou 10 (dez) dias intercalados, sem apresentação de justificativa, desde que esgotadas e devidamente registradas todas as tentativas de busca ativa com a família.

§ 1º Mediante a ausência dos alunos na forma deste artigo, a unidade escolar realizará notificação aos pais dos alunos orientando pelo retorno e informando possível cancelamento.

§ 2º Os procedimentos previstos neste artigo são de responsabilidade do gestor da respectiva Unidade Escolar.

Art. 7º O educando cuja matrícula for cancelada, caso seus pais ou responsáveis legais solicitem nova matrícula, a mesma será inserida na lista de espera, e somente poderá retornar às aulas quando sua vez for novamente alcançada.

Art. 8º Para a inscrição e matrícula de crianças, na faixa etária de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos, tendo em vista a data-base de 31 de março, estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação, serão observados os seguintes limites mínimos de idade:

I - Berçário I - 4 (quatro) meses completos até 31 de março do respectivo ano letivo;

II - Berçário II - 1 (um) ano completo até 31 de março do respectivo ano letivo;

III - Maternal I - 2 (dois) anos completos até 31 de março do respectivo ano letivo;

IV - Maternal II - 3 (três) anos completos até 31 de março do respectivo ano letivo.

Parágrafo Único. A criança deverá possuir, obrigatoriamente, no mínimo, 04 (quatro) meses de idade completos até a data da matrícula e residir no Município de Pereira Barreto.

Art. 9º A matrícula de criança considerada público-alvo da Educação Especial deverá ser informada à Secretaria Municipal da Educação, através de laudo médico com a especificação do tipo de deficiência.

Art. 10 No ato da matrícula, será dada ciência das Normas de Convivência da unidade escolar ao responsável pela criança.

Art. 11 A lista de espera deverá ser divulgada em portais eletrônicos oficiais do Município.

Art. 12 As inscrições não atendidas realizadas no ano letivo em vigor, serão automaticamente consideradas para atendimento no ano letivo subsequente.

Art. 13 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 14 O presente Decreto será publicado na imprensa oficial, nas unidades escolares e na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal "Francisco Vidal Martins", 8 de julho de 2025.

DR. HERMÍNIO BARBOSA KOMATSU

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta
Secretaria, na data supra.

DECRETO Nº 6.763, DE 11 DE JULHO DE 2025.

"Dispõe sobre a alteração do Decreto nº 6.757, de 4 de julho de 2025 e dá outras providências."

DR. HERMÍNIO BARBOSA KOMATSU, Prefeito do Município da Estância Turística de Pereira Barreto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO a necessidade da alteração do local que consta no Decreto nº 6.757, de 4 de julho de 2025.

DECRETA

Art. 1º Altera o artigo 1º e parágrafo único do Decreto nº 6.757, de 4 de julho de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o uso de som automotivo, na Estrada do Aterro Sanitário, s/n de Pereira Barreto/SP aos sábados e domingo, das 13h às 18h, nos termos deste Decreto.